

EMPREGO

Participação dos empregos do setor público no mercado de trabalho

A participação dos empregados do setor público no mercado de trabalho brasileiro é relativamente baixa se comparada à de países como Estados Unidos, México, Espanha e Canadá. Um estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a participação do setor público na mão-de-obra ocupada, revela que o Brasil está em 58º lugar no conjunto de 64 países investigados. No Brasil, segundo o estudo (que utilizou dados do IBGE de 1996), o setor público empregaria 11,5% das pessoas ocupadas no mercado formal e informal.

O objetivo deste Informe é avaliar a participação dos trabalhadores do setor público no emprego em um momento mais recente do tempo. Para isso, foram utilizados registros do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) relativos ao ano de 2000. Segundo dados do MTE, em 2000 havia 6,1 milhões de trabalhadores na administração pública e nas empresas em que o principal controlador é o governo. Comparando com o total de pessoas ocupadas registradas no Censo de 2000, a participação do setor público no emprego é ainda menor que em 1996.

Uma análise dos dados do MTE mostra que a participação do setor público no emprego formal é maior nos estados das regiões Norte e Nordeste. Os salários do setor público também variam de acordo com as regiões e com as esferas de governo. Federais ganham em média mais do que os estaduais – que, por sua vez, ganham mais que os municipais. Os salários do setor público também tendem a ser menores nas regiões Norte e Nordeste.

1 – Fonte de Dados

O objetivo deste trabalho é dimensionar a participação recente dos trabalhadores do setor público no emprego no Brasil. O conceito de trabalhador do setor público considerado neste Informe engloba os funcionários públicos e os trabalhadores das empresas em que o principal controlador é o governo. Para tal, serão utilizados dados relativos a 2000, os mais recentes disponíveis à época da elaboração deste estudo.

A título de comparação internacional, inicialmente, apresentam-se alguns resultados de uma resenha elaborada pela OIT e publicada em meados de 1999, que investiga o tamanho do setor público para um conjunto de 64 países, com base em dados de 1995/1997.¹

Para avaliar a participação do setor público no emprego em vários países, a OIT adotou o conceito de setor público do Sistema de Contas Nacionais. A vantagem deste sistema é ter sido elaborado sob a responsabilidade conjunta de cinco organizações: Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional, Comissão das Comunidades Europeias, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e Banco Mundial. A definição de setor público engloba todas as atividades - em todos os níveis institucionais - em que o principal controlador ou financiador é o governo, seja em empresas que compõem a administração pública seja em empresas estatais.

¹ Hammouya, Messaoud; *Statistics on Public Sector Employment: Methodology, Structures and Trends*; Bureau of Statistics, International Labour Organization, 1999.

Os dados sobre Brasil usados na pesquisa resultaram do preenchimento de um questionário enviado pela OIT ao IBGE que, por sua vez, tomou como base as Contas Nacionais de 1996.

Neste Informe, os dados atualizados sobre o emprego público brasileiro foram extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), de 2000. A RAIS é um questionário bastante abrangente - preenchido pelos empregadores - com informações que vão de endereço e setor de atuação de cada estabelecimento até gênero, salário, nível de educação e idade de cada um dos seus funcionários formais. As informações apresentadas neste estudo foram desagregadas por esfera de poder (federal, municipal, estadual), por localização geográfica e por faixa de remuneração.

Há diferenças significativas entre a fonte de dados usada no estudo da OIT e a deste Informe. As Contas Nacionais de 1996 - usadas no estudo da OIT - extraem a informação de população ocupada da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Os dados da PNAD são coletados a partir de visitas a uma amostra representativa de domicílios, em setembro, por pessoal treinado pelo IBGE responsável pelo preenchimento correto das informações do questionário. O conceito de ocupação é amplo, engloba o mercado formal e informal de empregado, empregadores, trabalhadores domésticos, militares, conta-própria e pessoal ocupado mesmo sem remuneração.

Este Informe ao utilizar a RAIS como fonte de dados investiga apenas o mercado formal de empregados. Os registros administrativos da RAIS representam o universo do mercado formal de trabalhadores brasileiro - pois todas as firmas formais são obrigadas a enviar ao MTE um conjunto de informações sobre seus trabalhadores. Essas informações são enviadas até abril e são relativas ao mês de dezembro do ano anterior. O MTE ao perceber erros de interpretação dos responsáveis pelo preenchimento desses dados comunica à empresa. De todo modo, é de se esperar que algumas incorreções persistam. Resumidamente, as duas fontes de dados diferem na abrangência do conceito de ocupação/trabalho, no período de referência dos questionários e no fato de a PNAD

ser preenchida na presença de pessoa treinada pelo IBGE.

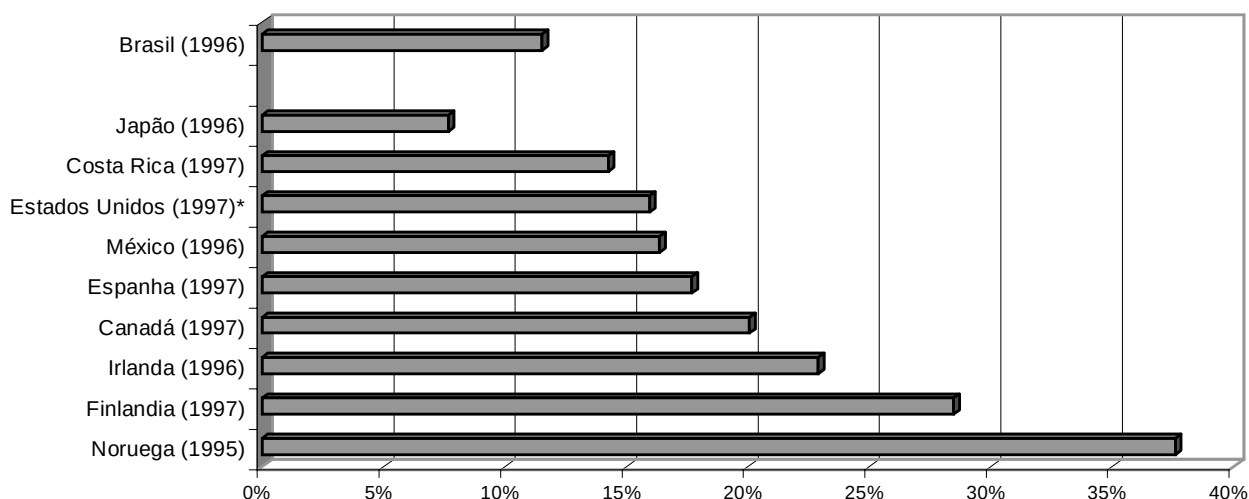
Apenas para ilustrar como os resultados podem diferir, vejamos a diferença ocasionada apenas pela mudança no período de referência. Para o recém divulgado Censo, que teve como referência o dia 1º de agosto de 2000, havia 27,7 milhões de trabalhadores formais e militares no Brasil. Com base nos registros administrativos da RAIS, em 31 de dezembro do mesmo ano, havia 26,2 milhões de trabalhadores. A diferença, além da não inclusão dos militares nos dados da RAIS, se explica pela sazonalidade do emprego.² Entretanto, a maior diferença entre as fontes de dados está no fato de o IBGE considerar no seu universo o pessoal ocupado (trabalhadores com/sem carteira assinada, empregadores, militares, trabalhadores domésticos, conta-própria e ocupados sem remuneração) enquanto a RAIS se limita ao mercado formal de trabalhadores. Segundo o Censo de 2000, do conjunto de 64,7 milhões de pessoas registradas como ocupadas, menos de 43 % são trabalhadores formais que poderiam ter registros na base de dados da RAIS.

2 – Comparação internacional

Os trabalhadores do setor público representam cerca de 30% do pessoal ocupado em todo o mundo. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), essa participação varia de acordo com o grau de desenvolvimento do país. Dados de 1995/97 revelam que, nos países desenvolvidos, a participação média do setor público no total de empregos era de 22%. Nos países em transição (ex-socialistas), era de 40%. Nos países em desenvolvimento, os empregos públicos variavam de 8% a 30% do total.

Entre os 64 países com dados na pesquisa, o Brasil aparece na 58ª posição, como um dos

² Najberg e Oliveira (1999) comprovam, usando dados do MTE, a elevada sazonalidade do emprego CLT. Em todas as regiões do país, dezembro se caracteriza por fortes perdas no mercado celetista. Ver *A Dinâmica Recente do Emprego Formal no Brasil*, Nota Técnica nº 6 AP/BNDES.

Gráfico 1 - Participação do setor público no total de trabalhadores

Fonte: OIT

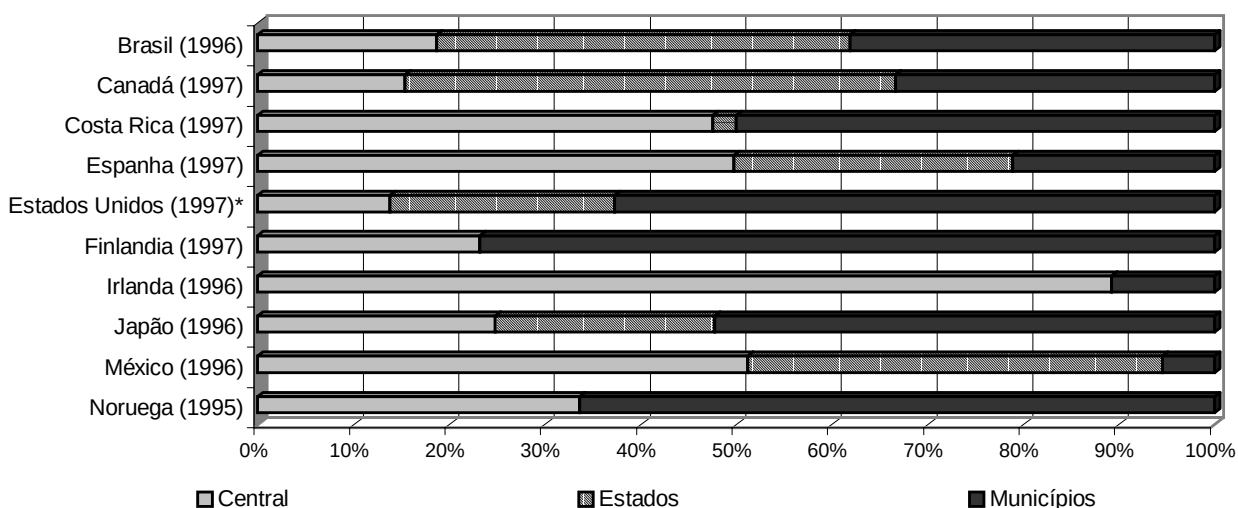
* Não inclui empregos agrícolas; apenas *general government*, não inclui estatais

países com menor participação do setor público no emprego. Os dados sobre os 64 países da pesquisa da OIT estão no Anexo 1, na última página deste informe.

Como mostra o Gráfico 1, o tamanho do setor público em relação ao conjunto de pessoas ocupadas varia muito de país para país. No Japão, apenas 7,7% dos trabalhadores pertencem ao

setor público. Na Noruega, são 37,6%. No Brasil são 11,5%. Essa participação é menor que a dos Estados Unidos, por exemplo, onde 16,0% dos trabalhadores estão no setor público.

A distribuição dos empregados do setor público pelas três esferas de governo também varia bastante de um país para outro, como se pode ver no gráfico 2. No México, por exemplo, 50% dos

Gráfico 2 - Distribuição dos funcionários públicos pelas esferas de governo

Fonte: OIT

* Não inclui setor agrícola

trabalhadores públicos são federais. Já nos Estados Unidos, os federais são apenas 14% do total do setor público. Lá, a maior parte do setor público é municipal (63%). No México, onde o governo é muito mais centralizado, apenas 5% dos desses trabalhadores são municipais.

3 - Brasil – Análise recente

3.1 - Enfoque Espacial

Há um relativo consenso entre os pesquisadores de que a RAIS sobreestima a participação da administração pública no emprego.³ Para reduzir este viés, foram criados alguns filtros na RAIS 2000 que acabaram associando aos empregados do setor público - funcionários da administração pública e das empresas cujo principal controlador é o governo - 6.096.408 postos de trabalho. A Tabela 1 mostra a distribuição desses trabalhadores por unidade da federação. Do conjunto de 6,1 milhões de trabalhadores considerados 22,6% - ou 1,38 milhão - estão em São Paulo. As regiões Sudeste (41,5%) e Nordeste (25,5%) são as que concentram o maior número de trabalhadores do setor público.

O número de empregados do setor público em cada Estado precisa ser comparado à distribuição do total de trabalhadores formais por Estado. Percebe-se, então, que a concentração de trabalhadores do setor público em São Paulo (22,6%) é inferior à concentração dos trabalhadores da RAIS 2000 naquele Estado (30,7%). Esse resultado se repete em todos os Estados da Região Sul, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro.

Considerando o conjunto de 26,2 milhões de trabalhadores formais em 2000, os empregados do setor público respondem por 23,2% dos empregos formais no país. Estender o universo de comparação para incluir toda a população ocupada, reduziria a participação da administração pública no total da população ocupada em 2000

³ Ver Negri et al, *Mercado formal de trabalho: comparação entre os microdados da RAIS e da PNAD*, Texto para Discussão do IPEA, número 840, novembro de 2001.

Tabela 1 - Distribuição espacial dos trabalhadores formais - 2000 (em %)

UF	Trab. Formais	Trab. do Setor Público*
Acre	0,2	0,6
Amapá	0,2	0,2
Amazonas	1,0	1,4
Pará	1,7	2,1
Rondônia	0,6	1,0
Roraima	0,1	0,2
Tocantins	0,4	0,8
Região Norte	4,2	6,4
Alagoas	1,0	1,6
Bahia	4,5	6,5
Ceará	2,6	3,4
Maranhão	1,1	2,1
Paraíba	1,3	2,6
Pernambuco	3,4	4,7
Piauí	0,8	1,2
Rio Grande do Norte	1,2	2,1
Sergipe	0,8	1,4
Região Nordeste	16,7	25,5
Distrito Federal	3,1	6,7
Goiás	2,5	2,8
Mato Grosso	1,2	1,2
Mato Grosso do Sul	1,1	1,3
Região Centro-Oeste	8,0	12,0
Espírito Santo	1,8	1,8
Minas Gerais	10,7	7,5
Rio de Janeiro	10,4	9,5
São Paulo	30,7	22,6
Região Sudeste	53,5	41,5
Paraná	6,3	5,5
Rio Grande do Sul	7,2	6,3
Santa Catarina	4,1	2,8
Região Sul	17,6	14,7
Total	100,0	100,0

Fonte: RAIS 2000.

* Setor público: administração pública + empresas cujo principal controlador é o Governo.

para um patamar inferior ao encontrado no estudo da OIT com base em dados de 1996.⁴

Uma investigação por Estado mostra que a importância do emprego do setor público é bastante heterogênea. A Tabela 2 revela que além, é claro, do Distrito Federal, o emprego público assume maior importância nos Estados das regiões Norte e Nordeste, ultrapassando 50% da mão-de-obra formal no Acre (58,5%) e em Roraima (51,5%).

As menores participações do setor público no emprego formal são as de Santa Catarina (15,8%), Minas Gerais (16,3%) e São Paulo (17,1%). Nos Estados do Sudeste, Sul e Centro-Oeste (com exceção do DF), a participação do setor público no emprego formal é inferior a 30%. Como era de se esperar, Brasília tem uma grande concentração de pessoas empregadas na administração pública: 50,3% dos trabalhadores formais do Distrito Federal são do setor.

3.2 – Esferas de governo

A RAIS também têm informações sobre a “natureza jurídica do estabelecimento” onde cada empregado trabalha. Assim, é possível dividir os estabelecimentos do setor público em quatro categorias: i) federal; ii) estadual; iii) municipal; e iv) empresas públicas. A Tabela 3 mostra a proporção de trabalhadores da administração pública em cada categoria.

Observando, por exemplo, Acre e Minas Gerais, vemos que os servidores públicos se concentram em esferas de governo diferentes. No Acre, 71,7% dos trabalhadores públicos são estaduais. Já em Minas Gerais, 67,6% são municipais.

Em geral, a participação dos servidores federais não chega a 10% dos trabalhadores da administração pública nos Estados. Os maiores destaques são Roraima (75,9%), Distrito Federal (67,80%), Rio de Janeiro (22,6%) e

⁴ Apesar de a magnitude ser semelhante, não foi possível para os autores deste Informe reproduzir, com base nas publicações disponíveis do IBGE, os mesmos números publicados pela OIT para o Brasil de 1996. Estima-se, entretanto, que a participação dos empregados do setor público represente em torno de 10% do pessoal ocupado em 2000.

Tabela 2 - Distribuição espacial dos trabalhadores do setor público* - 2000

UF	Participação do Setor Públ. no Emprego Formal (%)	Núm. Trab. - Setor Públ.
Acre	58,5	35.965
Amapá	30,1	14.325
Amazonas	33,1	82.555
Pará	28,5	130.872
Rondônia	42,5	62.818
Roraima	51,5	12.066
Tocantins	47,6	50.470
Região Norte	35,6	389.071
Alagoas	34,7	94.529
Bahia	33,6	395.836
Ceará	29,9	206.397
Maranhão	44,5	126.746
Paraíba	46,7	158.512
Pernambuco	32,7	289.157
Piauí	35,0	72.035
Rio Grande do Norte	40,3	127.276
Sergipe	40,5	83.441
Região Nordeste	35,5	1.553.929
Distrito Federal	50,3	408.670
Goiás	25,7	170.743
Mato Grosso	23,4	73.972
Mato Grosso do Sul	25,6	76.851
Região Centro-Oeste	34,9	730.236
Espírito Santo	23,4	110.227
Minas Gerais	16,3	457.678
Rio de Janeiro	21,4	582.162
São Paulo	17,1	1.378.303
Região Sudeste	18,0	2.528.370
Paraná	20,5	338.307
Rio Grande do Sul	20,4	385.872
Santa Catarina	15,8	170.623
Região Sul	19,3	894.802
Total	23,2	6.096.408

Fonte: RAIS 2000.

* Setor Público: Administração Pública + empresas cujo principal controlador é o Governo.

Amapá (21,7%).

Em 13 Estados da federação, o número de servidores estaduais supera o de municipais enquanto, nos outros 13, os municipais superam os estaduais. Em geral, há um relativo equilíbrio entre o número de servidores estaduais e municipais, com participação variando, na maior parte dos casos, entre 35% e 50%. Em três

Tabela 3 - Trabalhadores do setor público - 2000 (em %)

UF	Federal	Estadual	Municipal	Emp. púb.
Acre	6,5%	71,7%	19,6%	2,3%
Amapá	21,7%	52,2%	21,9%	4,2%
Amazonas	11,5%	70,3%	14,2%	4,0%
Pará	15,0%	31,4%	48,6%	5,0%
Rondônia	17,3%	43,3%	36,8%	2,6%
Roraima	75,9%	5,5%	13,8%	4,8%
Tocantins	1,7%	64,5%	30,5%	3,3%
Alagoas	7,6%	33,2%	54,0%	5,2%
Bahia	4,3%	51,6%	37,2%	6,9%
Ceará	8,9%	32,4%	56,0%	2,7%
Maranhão	7,8%	45,7%	42,9%	3,7%
Paraíba	7,9%	38,5%	50,2%	3,4%
Pernambuco	8,2%	44,8%	41,8%	5,2%
Piauí	8,7%	36,6%	50,1%	4,5%
Rio Grande do Norte	10,4%	41,5%	44,3%	3,9%
Sergipe	5,7%	48,2%	40,4%	5,7%
Distrito Federal	67,8%	28,8%	0,0%	3,4%
Goiás	5,6%	36,7%	49,6%	8,1%
Mato Grosso	9,8%	44,0%	42,9%	3,3%
Mato Grosso do Sul	10,6%	52,9%	33,0%	3,5%
Espírito Santo	6,6%	36,9%	49,7%	6,7%
Minas Gerais	7,0%	16,9%	67,6%	8,4%
Rio de Janeiro	22,6%	35,5%	32,8%	9,1%
São Paulo	4,0%	48,3%	41,0%	6,8%
Paraná	4,8%	32,0%	55,0%	8,2%
Rio Grande do Sul	6,7%	41,0%	45,8%	6,4%
Santa Catarina	7,1%	36,2%	45,8%	10,9%
Total	12,3%	39,9%	41,4%	6,3%

Fonte: RAIS 2000.

* Setor Público: Administração Pública + empresas cujo principal controlador é o Governo.

Estados a participação dos servidores estaduais supera 55% dos trabalhadores da administração pública: Acre (71,7%), Amazonas (70,3%) e Tocantins (64,5%). Em outros três, os servidores municipais igualam ou superam os 55%: Minas Gerais (67,6%), Ceará (56,0%) e Paraná (55,0%).

3.3 - Rendimentos

A Tabela 4 mostra a remuneração média em salários mínimos (SM) para cada unidade da federação, desagregada por esfera de governo e empresas estatais, com base na RAIS 2000 (MTE). A última coluna da tabela também mostra a remuneração média do total do pessoal ocupado, extraída do Censo de 2000 (IBGE). Os dados confirmam que, para todos os estados da federação, a remuneração dos trabalhadores do setor público é superior à média da economia.

Na coluna "Total do Setor Público", observa-se que o estado com maior remuneração média para os trabalhadores da administração pública é o Distrito Federal (11,4 SM). Nas primeiras posições, além de Estados como Rio de Janeiro (o terceiro) e São Paulo (o quarto), aparecem estados como Amapá (o segundo) e Roraima (o quinto).

É interessante notar que, dos dez estados com menor remuneração para os trabalhadores da administração pública, oito pertencem ao Nordeste. Apenas Pernambuco não está incluído na relação, embora seja o décimo primeiro. Além dos estados do Nordeste, Tocantins e Goiás estão entre os de menor salário médio.

Em geral, os trabalhadores das empresas públicas e os servidores federais recebem, em média, salários maiores que os estaduais - que, por sua vez, têm salários superiores aos municipais. Pela Tabela 4, percebe-se a baixa remuneração dos servidores municipais em relação às outras esferas de governo. Apenas em São Paulo os servidores municipais recebem, em média, mais de 5 salários mínimos mensais (6,3 SM). No Nordeste, a situação é mais precária: a remuneração dos servidores municipais se concentra em torno de 2 salários mínimos.

3.4 – Estabilidade do emprego

A Tabela 5 mostra uma característica marcante do emprego da administração pública: a estabilidade. Segundo dados da RAIS (portanto apenas do setor formal) em 2000, na administração pública, 71,2% dos trabalhadores estavam no emprego há pelo menos cinco anos. Em setores como a construção civil (10,2%) e o comércio (13,5%), os trabalhadores com mais

Tabela 4 - Remuneração média mensal dos trabalhadores formais - 2000

UF	Fed.	Est.	Mun.	Empr. públ.	Total do Setor Pub.	Total da Pop. Ocup.*
Acre	13,5	5,5	2,9	12,9	5,7	3,2
Amapá	11,9	9,1	2,6	-	8,4	3,6
Amazonas	14,5	5,7	2,1	12,1	6,5	3,2
Pará	12,0	5,9	2,6	14,6	5,6	2,8
Rondônia	12,9	8,8	2,6	14,8	7,3	3,7
Roraima	7,8	14,6	4,0	-	7,8	3,6
Tocantins	17,6	4,6	2,1	-	4,2	3,0
Alagoas	15,0	5,7	1,9	11,2	4,7	2,5
Bahia	14,7	5,1	2,1	13,0	5,0	2,3
Ceará	13,7	6,0	2,1	-	4,7	2,3
Maranhão	11,4	4,5	1,7	-	4,1	1,9
Paraíba	15,4	3,6	1,6	11,4	3,8	2,0
Pernambuco	15,9	5,8	2,2	11,7	5,4	3,1
Piauí	13,1	4,9	2,1	13,9	4,7	1,8
Rio G. do Norte	13,4	3,1	2,0	15,0	4,1	2,3
Sergipe	14,8	5,2	2,0	15,6	5,1	2,6
Distrito Federal	11,1	10,7	2,1	23,9	11,4	7,1
Goiás	13,8	5,7	2,8	-	5,1	3,6
Mato Grosso	13,9	6,2	4,5	-	6,7	3,5
Mato G. do Sul	15,9	7,5	2,4	14,8	6,4	3,3
Espírito Santo	13,5	8,4	3,8	13,8	6,8	3,1
Minas Gerais	15,7	10,0	3,6	13,3	6,3	3,3
Rio de Janeiro	11,8	7,3	5,0	12,8	8,1	4,8
São Paulo	17,8	7,4	6,3	15,2	7,9	5,2
Paraná	17,7	7,6	3,8	14,2	6,5	4,0
Rio G. do Sul	16,5	7,5	4,9	14,5	7,4	4,2
Santa Catarina	15,9	7,7	4,4	12,8	7,3	4,1
Total	13,0	6,8	3,9	14,0	6,9	3,9

Fonte: RAIS 2000

* Estimativa dos autores com base no Censo 2000 (exclusive pessoal ocupado sem rendimento)

de cinco anos no emprego não chegam a 15%, comprovando a alta rotatividade do trabalho nessas atividades. O elevado grau de estabilidade do emprego público contrasta ainda mais com o setor privado quando se consideram os trabalhadores informais - cuja rotatividade é superior à dos trabalhadores formais.⁵

Tabela 5 - Estabilidade no mercado formal por setor

Setor da economia	mais de 5 anos
Extrativa mineral	33,8%
Indústria de transformação	25,2%
Construção civil	10,2%
Comércio	13,5%
Serviços	27,7%
Administração pública	71,2%
Agropecu., extr. vegetal, caça e pesca	21,8%
Total*	34,1%

Fonte RAIS 2000

* Inclusive outros setores não listados acima

4 - Conclusões

Contrariando o que parece ser o senso comum, a participação do setor público brasileiro no total de empregos do país é pequena, comparada aos níveis internacionais. A OIT, com dados de 64 países, verificou que a maior parte deles tinha um setor público maior que o do Brasil. Cerca de 11,5% do pessoal ocupado do país (trabalhadores formais e informais, empregadores, militares, trabalhadores domésticos, conta-própria e pessoal sem remuneração) está no setor público, segundo dados do IBGE de 1996. Esse percentual é inferior ao de países como Noruega, Canadá, Espanha e Estados Unidos, entre outros. Entre os 64 países analisados na pesquisa, o Brasil aparece em 58º lugar, como um dos países com menor participação do setor público no emprego.

Este Informe se propôs a analisar dados recentes sobre a participação do setor público no Brasil em termos de emprego. Para isso foi usada a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) do

⁵ Na desagregação da RAIS por atividade econômica, as empresas estatais estão distribuídas pelos setores em que atuam. Como têm uma estabilidade maior que as empresas privadas elas acabam aumentando a estabilidade média nos dados sobre esses setores.

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), relativa ao ano 2000. Os dados revelam um conjunto de 6,1 milhões de trabalhadores na administração pública e nas empresas estatais naquele ano. Restringindo a comparação ao conjunto de trabalhadores formais, a participação do emprego público foi de 23,2%.

Desagregando os dados por Estado, vemos que, embora a Região Sudeste concentre a maior parte dos servidores públicos do país (22,6% dos trabalhadores públicos do país estão em São Paulo), a proporção de empregados públicos por trabalhador formal é menor que a de áreas mais pobres como as regiões Norte e Nordeste. Se em São Paulo 1,3 milhão de trabalhadores do setor público representam 17,1% do total de trabalhadores formais, no Acre, os 35,9 mil representam 58,5% do emprego formal daquele Estado.

A partir de dados sobre a natureza jurídica do estabelecimento, os registros administrativos da RAIS mostram que a maior parte dos trabalhadores do setor público está nas esferas estadual (39,9%) e municipal (41,4%). Os funcionários de empresas públicas representam 6,3% do total de servidores e, em geral, têm participação maior no funcionalismo das regiões Sul e Sudeste.

Quanto à remuneração, os empregados das empresas estatais e os funcionários federais têm uma média maior que a dos estaduais, e estes, uma média maior que a dos municipais.

Os salários também variam de acordo com a região geográfica. Os dados da região Nordeste são particularmente marcantes. Dos dez estados com menor remuneração para os trabalhadores públicos, oito estão no Nordeste. Apenas Pernambuco não está na relação, embora seja o décimo primeiro.

Por fim, os números da RAIS 2000 confirmam que a estabilidade é uma característica marcante da administração pública. Em 2000, 71,2% dos funcionários deste setor estava há mais de cinco anos no emprego, contra percentuais inferiores a 15% em setores como o Comércio e a Construção Civil.

Anexo 1 - Participação do setor público no emprego: comparação internacional

País	Ano	Participação (em %)
África do Sul	1997	8,3
Albânia	1995	24,2
Alemanha	1997	19,2
Austrália	1998	21,1
Azerbaijão	1995	57,2
Bahamas	1996	18,4
Barém	1991	28,3
Barbados	1995	20,8
Belize	1997	21,6
Bielorrússia	1997	58,0
Botswana ¹	1995	42,6
Brasil	1996	11,5
Canadá	1997	20,1
Cazaquistão	1997	46,4
China ²	1996	36,0
Colômbia ³	1998	8,4
Costa Rica	1997	14,2
Croácia ⁴	1990	96,1
Chipre	1995	16,5
Dinamarca	1997	26,2
Egito	1995	69,9
Equador	1997	13,8
Eslovênia	1997	37,6
Espanha	1997	17,7
Estados Unidos ⁵	1997	16,0
Estônia	1996	36,9
Etiópia	1994	2,7
Federação Russa ⁶	1995	37,6
Fiji	1996	40,8
Filipinas	1995	5,2
Finlândia	1997	28,5
Guatemala	1996	14,9
Hungria	1997	44,1
Ilha de Man	1996	23,1
Ilhas Cayman	1996	12,0
Índia ⁷	1995	70,4
Irã	1996	29,2
Irlanda	1996	22,9
Japão	1996	7,7
Jordânia	1996	35,8
Letônia	1997	34,1
Líbia	1995	66,2
Malawi	1995	14,9
Malta	1998	37,6
México	1996	16,4
Moldávia	1997	27,1
Myanmar	1996	5,5
Noruega	1995	37,6
Nova Zelândia ⁸	1997	18,1
Panamá	1997	35,0
Polônia	1996	56,6
Porto Rico	1997	27,3
Quênia	1996	42,5
Reino Unido	1997	18,9
República Checa	1997	23,4
Romênia	1996	40,8
Ilhas Seychelles	1995	37,0
Suécia	1996	37,9
Tanzânia	1991	54,2
Tonga	1996	23,7
Trinidad e Tobago	1997	28,3
Turquia	1998	14,0
Ucrânia	1997	37,9
Zimbábue	1997	24,8

(1) No setor público só foram considerados empregados com contratos regulares. (2) Emprego público no Estado, empresas estatais, e empresas municipais e locais. (3) Sete principais cidades do país. (4) Funcionários dos ministérios do Interior e da Defesa não incluídos no setor público. (5) apenas empregados em setores não agrícolas; apenas no "general government". (6) Emprego público no governo e empresas e organizações do Estado e dos municípios. (7) Apenas o setor público e empresas privadas com mais de dez trabalhadores, excluindo agricultura. (8) Excluindo agricultura; o emprego público não inclui funcionários do Banco Central.
Fonte: OIT